

## EDITORIAL

Prezado leitor,

A Escola Superior da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal anuncia o lançamento de novo número da Revista da AGU, composto por dez artigos que tratam de assuntos atuais e de elevado interesse para os estudiosos da Advocacia Pública e do Direito Público. Todos os trabalhos selecionados foram recebidos pelo sistema de submissão contínua e aprovados pelo processo de “avaliação cega por pares”, em conformidade com as normas editoriais adotadas pelo periódico.

No primeiro deles, Cássio Rodrigues investiga os impactos da Lei da Liberdade Econômica (Lei n. 13.874/2019) sobre a interpretação e revisão dos contratos, com foco na necessidade de tutelar adequadamente as partes vulneráveis em contratos de economia compartilhada.

Na sequência, Ingrid Wasem e Haide Hupffer defendem o estabelecimento de diretrizes regulatórias, bem como a necessidade de fomentar a responsabilidade ética dos pesquisadores, a fim de promover o uso seguro e sustentável, na atividade de produção de alimentos, da tecnologia de sistemas de repetições palindrômicas curtas regularmente interespaçadas (CRISPR).

Com apoio em dados obtidos a partir de survey e tratados com técnicas de estatística descritiva, correlacional e multivariada, Jamylle Mansur e Carlos André Mattos sustentam que a transparência das informações governamentais exerce influência positiva e significativa na percepção do controle social e na participação cidadã dos agentes públicos do Estado do Pará.

Partindo da concepção de sociedade de risco desenvolvida por Ulrich Beck, os juristas Kaique Ruan e Hamilton Iribure Júnior abordam o fenômeno da expansão do Direito Penal, que busca oferecer respostas a problemas sociais de violência e criminalidade em sociedades complexas, as quais devem observar os princípios basilares de um sistema penal democrático.

O trabalho de Cláudio Souza e Marcos Zanovello tem por objeto o Acordo 167 do Mercosul, que versa sobre a prevenção e luta contra a corrupção no comércio e nos investimentos internacionais. No entendimento dos autores, as diretrizes veiculadas nesse ato devem orientar o estabelecimento de uma base normativa comum aos membros do Mercosul sobre o tema, sem desconsiderar, entretanto, as especificidades de cada país.

Após mapear os instrumentos da Organização Internacional do Trabalho relacionados à maternidade, Miriam Ferraz conclui que os *standards*

mínimos estabelecidos por esse organismo internacional sobre a matéria podem ser ampliados e potencializados com o auxílio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estipulados pela Organização das Nações Unidas.

Em estudo sobre a incorporação de vieses cognitivos por modelos de inteligência artificial, Orlando Zanon, Matheus Branco e Pollyana Silva argumentam que o empreendimento decisório conduzido por máquinas também apresenta a tendência de ser influenciado por heurísticas e vieses, ao menos enquanto a base de dados sobre a qual recai o aprendizado de máquina possa contemplar elementos enviesados.

Thiago Benevenuto explora os desafios jurídicos enfrentados pela Advocacia-Geral da União nas duas primeiras Rodadas de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa, que correspondem a dois relevantes e complexos leilões realizados pelo Governo Federal no setor de petróleo e gás natural.

Victor Albuquerque avalia a adequação das normas do direito contratual tradicional para a regulação dos *smart contracts*, em especial quanto à disciplina sobre o momento de formação desses negócios jurídicos e as consequências decorrentes de eventual ilegalidade de seu objeto.

Por fim, Vinícius Silveira e Caio Castelliano apresentam os resultados de análise de conteúdo realizada a partir de questionários respondidos por gestores da Advocacia-Geral da União, em trabalho que pretende contribuir para o aprimoramento da gestão das equipes desterritorializadas da instituição.

A Escola Superior da Advocacia-Geral da União agradece a todos os envolvidos no processo editorial do periódico e convida o leitor a apreciar os artigos científicos ora descritos por meio de consulta à Revista da AGU eletrônica, disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/>.

Henrique Augusto Figueiredo Fulgêncio  
Coordenador-Geral de Pós-Graduação da Escola Superior da AGU